

# PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO: AS ATRAÇÕES ÂNCORA QUE FOMENTAM O TURISMO CULTURAL

FEIBER, Silmara Dias<sup>1</sup>  
BAHL, Miguel<sup>2</sup>

## RESUMO

O presente artigo busca relacionar as diretrizes geradas por documentos nacionais e internacionais de cunho preservacionista, conhecidos como Cartas Patrimoniais, com um caso real em que a aplicação prática das diretrizes desencadeia o exercício da cidadania. Para isso, utiliza-se como estudo de caso o itinerário turístico denominado Caminho dos Moinhos na região dos Vales, interior do estado do Rio Grande do Sul - Brasil. Esta prática, que ainda se apresenta em pleno desenvolvimento, possui suas raízes na construção social que conduz ao fortalecimento da identidade da região por meio da valorização de sua cultura local. As bases da geografia cultural humanista, aliadas ao turismo cultural, encontram nesse contexto um estudo que declara e ressalta a importância de se valorizar o espaço vivido pelos cidadãos, no intuito de se alavancar o desenvolvimento da região mantendo vivas suas raízes identitárias.

**PALAVRAS-CHAVE:** Patrimônio Cultural; Identidade; Espaço Vivido; Itinerário Turístico; Caminho dos Moinhos.

## ARCHITECTURAL HERITAGE: THE ANCHOR ATTRACTIONS THAT PROMOTE CULTURAL TOURISM

## ABSTRACT

The present article aims to relate the guidelines generated by national and international documents of a preservationist matrix, known as Patrimonial Letters, with a real case where the practical application of these guidelines unchains the exercise of the citizenship. In this way it is used as a case the tour itinerary named Caminho dos Moinhos (Path of Mills) in the Valley region in the state of the Rio Grande Do Sul - Brazil. This practice which is still in development has its roots in the social construction that leads to the reinforcement of the region identity by means the valuation of its local culture. The bases of humanist cultural geography coupled with cultural tourism find in this context a study which declares and highlights the importance of valorize the living space by the citizens in order to leverage the region's development by keeping alive their roots identity.

**KEYWORDS:** Cultural Tourism; Identity; Living Space; Tour Itinerary; Caminho dos Moinhos (Path of Mills).

## 1 INTRODUÇÃO

No atual estado de desenvolvimento sócio-cultural das cidades brasileiras, todo processo que possua o objetivo de reforçar as identidades locais por meio da valorização de seus aspectos particulares, sejam estes em relação ao ambiente natural, à cultura ou aos seus aspectos histórico-artísticos, passam a ser fundamentais para o desenvolvimento local. Quando se foca o estudo nas manifestações culturais Beni (1998, p. 84) traz a noção de espaço cultural como sendo “[...] a parte da superfície terrestre que teve sua fisionomia e ‘aura’ originais mudados pela ação do homem.” Este espaço torna-se resultado das intervenções do homem no espaço natural diante das potencialidades e deficiências encontradas nos processos de adaptação. Expressam-se assim o cerne de uma cultura – modos de ser e de fazer – que projetam os recursos turísticos culturais por meio das manifestações dominantes de uma sociedade em determinado tempo e espaço.

A necessidade de se aliar o desenvolvimento à preservação da história e cultura com a finalidade de se preservar o passado, idéia esta reforçada por Beni (idem) quando este define o século XIX como período marcado pelo início do preservacionismo como movimento organizado, passa a ser um desafio para as administrações públicas que só alcançarão este objetivo caso aliem os processos políticos aos anseios da comunidade.

Segundo Aguiar (2002) a competição entre cidades gerada neste contexto é um fato real e não visa apenas à canalização de fluxos turísticos, os quais se tornaram de fundamental importância na captação de recursos financeiros, mas também a cuidadosa conservação de seus valores identitários. O autor ressalta a importância de se revalorizar as cidades como espaços de relação onde a interação humana seja a base sólida na construção de um futuro. Nesse sentido, o estudo de caso proposto nesta pesquisa visa trazer para o campo concreto a análise de algumas das diretrizes traçadas por documentos nacionais e internacionais denominados de Cartas Patrimoniais. Para isto, toma-se por base dois documentos específicos a Carta de Brasília de 1995 – elaborada no encontro ocorrido na capital brasileira – conhecida como “Documento regional do Cone Sul sobre autenticidade” e a Carta de Turismo Cultural de 1976 elaborada na cidade de Bruxelas (Bélgica) pelo ICOMOS – International Council of Monuments and Sites. Estes dois documentos

<sup>1</sup> Faculdade Assis Gurgacz – FAG. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFPR. [silmaradias@fag.edu.br](mailto:silmaradias@fag.edu.br); [sdfieber@gmail.com](mailto:sdfieber@gmail.com)

<sup>2</sup> Universidade Federal do Paraná – UFPR. Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado e Doutorado – UFPR. [migbahl@ufpr.br](mailto:migbahl@ufpr.br)

tratam das questões de preservação de monumentos e sítios históricos, bem como da importância de trazer para o “hoje” o passado de maneira a revalorizar a cultura regional. Essas ações tratam o turismo como um argumento no âmbito do desenvolvimento regional.

Nesse contexto, busca-se avaliar a proposta de criação do itinerário turístico denominado de “Caminho dos Moinhos” organizado em primeira instância por meio da Associação dos Amigos dos Moinhos do Alto do Vale Taquari e demais entidades públicas e privadas que se uniram para concentrar esforços mercadológicos. Para efeito de padronização de termos, considerar-se-á itinerário como “roteiro de uma viagem ou deslocamento, ou seja, caminho a seguir de um local a outro” (BAHL, 2004b, p. 41). Inicia-se então a ação de recuperação e valorização do Moinho Colognese em Ilópolis como o primeiro passo para a construção de um novo itinerário turístico no interior do Rio Grande do Sul. Demonstra-se, portanto a construção de um itinerário turístico como fonte de revalorização de uma região por meio da presença de ícones arquitetônicos que estão sendo restaurados e reciclados para abrigar espaços culturais.

A arquitetura, nesse sentido, colabora para que se criem referenciais identitários reforçando as características de diferenciação de áreas culturais. Este legado cultural, materializado nas obras arquitetônicas, exerce um considerável grau de atração nos destinos turísticos e responde pela presença de visitantes e pela viabilidade econômica do empreendimento. São patrimônios edificados - bens não renováveis - existentes que Murta (2002, p. 143) define como “atrações âncora”, que acabam passando por processos de reciclagem que se alteram o uso original da edificação com a finalidade de que estas se mantenham atuais e possam gerar efeitos sociais positivos. Nas palavras de Assis (2009) a conservação dos Patrimônios associada ao turismo está inserida no modelo atual de conservação integrada no qual a gestão dos bens culturais se dá por meio de pactos entre o poder público, a iniciativa privada e a comunidade local; fato este relevante neste estudo e que será descrito na análise do estudo de caso.

Para dar sequência à pesquisa, segmenta-se o texto em algumas temáticas que serão desenvolvidas em separado para objetivar a melhor compreensão dos assuntos aqui tratados. Ao final, se fará o cruzamento destes conteúdos na busca de se cumprir o objetivo central da pesquisa que é a análise das diretrizes fornecidas pelas Cartas Patrimoniais e o valor de sua aplicação prática num caso real: O Caminho dos Moinhos.

## **2 IDENTIDADE CULTURAL E PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO**

Enquanto no passado, as paisagens e as sociedades forneciam sólidos referenciais de localização para os indivíduos, atualmente eles podem ser efêmeros, virtualizados, falsificados e, assim, facilmente instrumentalizados. Desse modo, a relação identitária, assunto pertinente aos estudos geográficos, sofre grandes alterações e incertezas, e a fragmentação da sociedade e do seu espaço chega até a alterar a própria individualidade disseminando este sentimento a toda comunidade. Esta situação analisada por Hall (2005) é nominada pelo autor como perda do “sentido de si” o que acarreta a perda de estabilidades. Forma-se um processo de descentralização tanto do indivíduo como dos seus lugares sociais e culturais resultando numa crise identitária.

Nesta reflexão percebe-se que a identidade representa apenas uma relação que liga o indivíduo a uma estrutura estabilizante formando tanto o “sujeito” como o “lugar” em que ele vive. E é exatamente este processo de unificação entre indivíduo e lugar que está sendo ameaçado permanentemente pelos processos de fragmentação pós-modernos. Conforme Feiber (2008) a presença dos patrimônios, principalmente aqueles formados pelas edificações, são como uma âncora que fixa o indivíduo em uma estrutura fornecendo a base de uma identidade enraizada. Falar de patrimônio é, portanto, falar da vida cotidiana, de espaços vividos, é falar do indivíduo e de sua identidade. Esta identidade é ancorada nos objetos, nas crenças, nos hábitos, modos de ser e de fazer de toda uma comunidade que possui um espaço particular em que as práticas cotidianas se desenvolvem reforçando os laços culturais. As cidades, espaços de relações que produzem identidade, estão cada vez mais expulsando os indivíduos, relegando estes à mera função de espectadores da vida cotidiana. A constante construção e reconstrução do espaço urbano é o que destrói os laços de identidade do indivíduo com o meio em que vive bem como acaba com os símbolos físicos desta identidade.

Referente ao resgate da herança cultural de um espaço e o seu direcionamento para uso turístico, Bahl comenta:

Não se pode afirmar que o patrimônio cultural deva ser preservado e conservado para que o turismo possa utilizá-lo como elemento de atratividade, pois a questão é muito mais abrangente, mas não se pode descartar a sua utilização como recurso de grande potencial. (BAHL, 2004a, p. 51)

Então, quando se encontra um lugar que ainda permite o resgate de uma história particular e que contenha toda carga de sedimentação de uma cultura, torna-se um fato relevante, é momento em que se busca reforçar e proclamar as diferenças locais. Porém, a revalorização destes espaços deve ser feita de maneira criteriosa para que tanto o espaço em si como o grupo social que o sustenta não acabem numa situação de risco. Neste sentido, ao longo da história da preservação de bens e espaços culturais tradicionais surge um legado que pode ser considerado como princípio basilar para as ações de desenvolvimento de políticas e programas com cunho preservacionista. A seguir se busca resgatar dois

destes documentos para que se possam avaliar suas diretrizes e possíveis aplicações práticas no estudo de caso desta pesquisa.

### **3 PRINCÍPIOS NORTEADORES: CARTA DE TURISMO CULTURAL, 1976 E CARTA DE BRASÍLIA, 1995**

Diante da premência em se preservar e revitalizar os sítios urbanos por meio das atividades turísticas, surge a problemática que envolve uma metodologia específica para que se alie a preservação ao desenvolvimento urbano local. Esta sistematização de procedimentos, porém se apresenta ainda em construção. Assis (2009) declara que no campo específico da cultura a implementação do desenvolvimento sustentável tornaria possível para as futuras gerações o usufruto da riqueza - material e imaterial - existente no presente. A partir deste pensamento, o enfoque do turismo como agente de incremento dos setores econômicos locais torna-se um campo amplo dentro dos atuais estudos e ações que visem à preservação dos patrimônios culturais. As discussões sobre o assunto - preservação patrimonial - surgem ainda de modo insipiente, no ano de 1933 com a chamada Carta de Atenas (CURY, 2004). Esta se constitui em um documento gerado a partir do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna - CIAM que buscou sistematizar os conceitos e diretrizes advindas do Movimento Moderno em nível mundial. A partir desta ação primeira, diversos outros documentos foram gerados com a finalidade de fornecer diretrizes que pudessem orientar as ações públicas e privadas na manutenção, valorização e perpetuação de bens culturais. Cabe ressaltar que estes bens constituem-se desde sítios urbanos, obras de arquitetura, jardins, paisagens e numa esfera imaterial os ritos, as festas folclóricas e os modos de ser e de fazer que constituam os saberes populares.

Segundo Assis (2009), no Brasil a partir da Constituição de 1988, a conservação urbana integrada é impelida a resolver, por meio de legislações específicas, a necessidade de preservação dos bens culturais representativos de cada estado e definir as políticas públicas a serem adotadas para servirem de diretrizes ao desenvolvimento local. Nesse contexto o turismo passa a ser visto como uma resposta política e social para as diversas alterações do meio urbano e traz dentro desta visão situações de interesses e conflitos baseados na própria conceituação de Patrimônio Cultural. Ainda no pensamento da autora, após a década de 1960, a visão de patrimônio se amplia, não mais se defende somente a materialidade da obra e sim seus valores simbólicos associados às relações de identidade e da memória coletiva. Sobre a evolução do pensamento preservacionista, Castriota (2007) ressalta que a concepção “restrita e limitada” do patrimônio apenas como objeto isolado e invocado pela sua excepcionalidade é suplantada a partir do final da segunda guerra mundial. O patrimônio passa a ter uma conotação mais ampla; a partir deste período, além do edifício, seu entorno imediato - formado muitas vezes por conjuntos arquitetônicos - traz a análise do entorno e da ambiência como promotores de significado, enaltecendo assim a presença dos bens culturais inseridos na paisagem. Também nesse período, a noção de patrimônio cultural é ampliada e se insere agora a presença de atores antes deixados às margens da história e, segundo o autor, das culturas dominantes.

O contexto da obra e suas relações com o entorno passam, portanto a ser valorizadas e surge então o termo “Paisagem Cultural”, espaço físico impregnado de significados em que se aplicam os recursos econômicos visando às atividades turísticas. Assim conclui Assis (2009), que o valor econômico atualmente agregado ao patrimônio cultural transcende a significação puramente histórica e artística; o bem cultural passa a contribuir para o desenvolvimento econômico de uma região por meio de um processo de revalorização. O conflito nas análises de casos reais nas quais a aplicação de atividades turísticas gerou ambientes altamente pasteurizados levanta a questão sobre a importância de desenvolver o planejamento turístico aliado aos anseios da comunidade local. Os pactos traçados entre os poderes público/privado e a garantia de perpetuação das relações identitárias, da qual o patrimônio cultural é fruto, necessitam estar sempre em primeiro plano ao longo do processo de planejamento. Esta é, a princípio, a maior garantia de que se construirá um itinerário turístico com reais chances de sucesso. Essa é a visão de Assis (2009), para quem iniciativas bem conduzidas geram um fator propulsor onde a comunidade passa a resgatar sua memória e história particular.

Com este objetivo, de assegurar a preservação da memória e história particular, parte-se para o estudo de dois documentos que orientam as ações preservacionistas: em nível mundial, a Carta de Turismo Cultural de 1976 e no âmbito local, a Carta de Brasília de 1995 conhecida também por “Documento regional do Cone Sul sobre autenticidade”. Entende-se que estas duas cartas colaboram no entendimento das ações desenvolvidas no presente estudo de caso - Caminho dos Moinhos - o qual demonstra o processo de criação de um itinerário turístico aliado ao respeito à identidade dos indivíduos locais por meio da valorização de sua cultura. Nesse sentido, concorda-se com Schneider (2006) quando a autora considera o Turismo Cultural como fator “propulsor do espírito comunitário e da melhoria na qualidade de vida da população”.

Cabe aqui salientar o conceito de Turismo Cultural, pois diante dos aspectos levantados por esta pesquisa a cultura como recurso turístico deve estar firmada em um propósito específico. Dentro do subsistema cultural, definido por Beni (1998, p. 84), percebe-se a importância de se apreender os aspectos culturais como sendo a afirmação de uma cultura dominante perante subculturas diversas. Para o autor, esta afirmação cultural é a base de todo desenvolvimento social e acaba por determinar o Turismo Cultural como manifestação múltipla, ou seja, existem tantas frentes culturais que acabam por diversificar a denominação do turismo com adjetivos, como por exemplo: ecológico, artístico, religioso

etc. Segundo o autor, trata-se de “turismos de moda”, embora este termo pareça pejorativo, porém o fato é que o avanço humano se direciona aos valores aos quais se entendem escassos em determinado momento histórico. A sociedade manifesta a preocupação em restabelecer seu equilíbrio interior e vai à busca do que julga necessário para suprir este sentimento. Quando se percebe a angústia em se resgatar manifestações culturais que estão em vias de desaparecer, como é o caso dos monumentos arquitetônicos, é que se efetiva a ação de resgate de culturas locais específicas.

De maneira mais formal e objetiva, o Ministério do Turismo do Brasil, em parceria com o Ministério da Cultura e o IPHAN e com base na representatividade da Câmara Temática de Segmentação do Conselho Nacional de Turismo, estabeleceu a seguinte definição: “Turismo Cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura”. (BRASIL, 2008, p. 16). Tal definição está alinhada ao que se discute neste trabalho ao levar em conta tanto os bens materiais quanto os imateriais do patrimônio histórico e cultural.

Nesse contexto, a Carta de Turismo Cultural nasce da preocupação do ICOMOS em promover e socializar os caminhos possíveis para que se efetue a salvaguarda, conservação e consequente valorização de monumentos e sítios que, segundo o conselho, constituem-se em espaços e obras privilegiadas do patrimônio da humanidade. O documento considera que as ações desenvolvidas nos ambientes considerados patrimônios que sejam frutos do desenvolvimento turístico, por mais eficientes que sejam suas entidades promotoras, estas não podem influir de uma maneira totalmente abrangente no curso dos acontecimentos. A partir desta preocupação, sugere-se que se disseminem as discussões entre as organizações mundiais e regionais para que se aumente assim o esforço em se obter processos coerentes e eficazes. Então esta disseminação de conhecimentos é elencada no documento em forma de diretrizes quanto às Posturas Básicas e às Bases de Atuação. Nesse sentido, faz-se a seguir um apanhado geral dos principais itens integrantes deste documento que se julga necessários para as futuras avaliações pertinentes ao estudo de caso proposto nesta pesquisa.

Dentro das diretrizes criadas e definidas como Posturas Básicas, tem-se como maior relevância os conceitos sobre turismo que segundo o documento trata-se de “um feito social, humano, econômico e cultural irreversível.” (ICOMOS, Carta de Turismo Cultural, p. 1, 1976). Assim definido e visando uma perspectiva de aproximadamente 25 anos como alcance imaginado para estes princípios orientadores, percebe-se que a temática permanece atual, pois no período em que foi elaborado já se pensava o turismo como:

[...] um dos fenômenos propícios para exercer uma influência altamente significativa no entorno do homem em geral e dos monumentos e sítios em particular. Para que resulte tolerável, a dita influência deve ser estudada cuidadosamente, e ser objeto de uma política efetiva a todos os níveis. (ICOMOS, 1976)

Então, considera-se, a partir deste conceito, que o fato de se preservar os monumentos e sítios visando o turismo cultural torna a ação deste como uma mola propulsora do desenvolvimento pleno de uma comunidade local que possua uma história e cultura densa e particular. Este desenvolvimento está calcado na possibilidade de conhecimento das especificidades locais, sendo esse um dos principais objetivos do turismo cultural que acaba por contribuir para a manutenção e proteção destes bens. Nos termos do documento avaliado o turismo cultural justifica “os esforços que tal manutenção e proteção exigem da comunidade humana, devido aos benefícios sócio-culturais e econômicos que comportam para toda a população implicada” (ICOMOS, Carta de Turismo Cultural, p. 2, 1976). A recomendação de posturas encerra-se declarando a preocupação com os efeitos decorrentes das ações turísticas e numa perspectiva de futuro o princípio orientador a ser adotado deve priorizar o respeito ao patrimônio cultural e natural por mais justificada que as ações possam ser nas esferas sociais, políticas ou econômicas.

As Bases de Atuação fundamentam-se nas conceituações e preocupações descritas anteriormente nas Posturas Básicas. Inicia-se trazendo o discurso sobre a questão das entidades representativas do setor turístico e das responsáveis pela preservação e proteção dos bens culturais que devem estar cientes em atuar partindo da premissa de que só se cumpriram as metas necessárias se houver o equilíbrio entre os valores culturais e os objetivos sociais e econômicos. Estes formam a base para a planificação dos recursos nos âmbitos estaduais, regionais e municipais. Estas esferas de poder atuarão com base na confiança em que a OMT - Organização Mundial de Turismo e a UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - assegurarão à aplicação das políticas que julgam serem as únicas capazes de realmente proteger o ser humano dos incrementos de um turismo irresponsável que tem como único resultado a negação de seus próprios objetivos. Nesse contexto, faz-se um apelo aos profissionais para que, visando a proteção dos patrimônios culturais, que se considera a base do turismo, tanto no âmbito local como global, façam uso das mais avançadas tecnologias nas intervenções dos monumentos com objetivo de proteger e manter sua integridade física. Recomenda-se também que os profissionais responsáveis pelo planejamento turístico recebam treinamento adequado dentro de uma visão multidisciplinar e tenham uma participação efetiva ao longo do processo de planejamento dos planos de desenvolvimento e equipamentos turísticos. Por fim, as bases de atuação declaram que sua ação “tem como fim o respeito e a proteção da autenticidade e diversidade dos valores culturais, tanto nos países e regiões em vias de desenvolvimento como nos industrializados” (ICOMOS, Carta de Turismo Cultural, p. 3, 1976) e consideram que a sorte dos patrimônios culturais locais ou globais é realmente idêntica perante a perspectiva do desenvolvimento e expansão do turismo. Pode-se perceber, portanto, em linhas gerais, que este documento prioriza o desenvolvimento turístico calcado em princípios que visem o equilíbrio entre as ações de intervenção e a própria natureza e valores significativos dos patrimônios locais. Deve-se aliar o desenvolvimento e preservação envoltos à

postura de respeito ao patrimônio, ao ser humano e sua cultura particular que são a base em que se fundamenta o turismo cultural.

As visões sobre a questão dos patrimônios dentro de uma especificidade local dos patrimônios americanos instigam a elaboração do outro documento proposto como análise nesta pesquisa, que é denominado de Carta de Brasília (CURY, 2004). Esta foi elaborada por representantes dos países americanos constituintes do Cone Sul – Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai – e fundamenta-se em dar diretrizes específicas aos procedimentos de conservação e restauro de bens culturais dando foco na autenticidade baseada na realidade regional que difere da realidade dos demais países europeus e asiáticos. Os representantes do Cone Sul consideram que a identidade americana foi construída em processos que sofreram imposições, mudanças e transformação, o que acarretou em uma cultura sincretista e de resistência. Nesse processo, a carta baseia-se na “identidade e na diferença”, fatores que enaltecem as manifestações humanas que alteraram o ambiente natural. Assim o documento esclarece que os indivíduos são responsáveis por ordenar e interpretar as próprias intervenções realizadas sobre a natureza e a sociedade atribuindo-lhes valores e significados, moldando assim a própria cultura.

A partir desta introdução, o documento ressalta a particularidade da identidade do povo latino-americano, mais precisamente os integrantes do Cone sul, onde é possível se diferenciar várias heranças culturais. Enumeram-se as influências dos povos pré-colombianos, europeus, crioulos e mestiços, e por fim o legado das diversas frentes migratórias ao final do século passado. Em conjunto, essas heranças fazem com que se caracterize uma ampla diversidade cultural que enaltece e particulariza os processos identitários. Compreende-se a identidade como sendo:

[...] uma forma de pertencer e participar. É por isso que somos capazes de encontrar nosso lugar, nosso nome ou nossa personalidade, não por oposição, mas porque descobrimos vínculos verdadeiros que nos ligam ao destino das pessoas com as quais compartilhamos da mesma cultura. (CURY, 2004)

Insere-se aqui a questão da autenticidade dos patrimônios culturais. Esta autenticidade está intimamente ligada ao que é verdadeiro e possui um significado, uma mensagem transmitida pelo monumento que é codificada por um grupo social específico e que de acordo com sua aceitação o transforma em patrimônio e gera a necessidade de se manter íntegro para apreciação das futuras gerações. O texto aborda a questão da autenticidade em relação a três fatores: autenticidade e mensagem, autenticidade e contexto e autenticidade e materialidade. Para fins deste artigo, concentram-se as análises sobre a autenticidade e materialidade, pois neste campo encontram-se as obras arquitetônicas. Nesse sentido, a carta ressalta a arquitetura vernacular constituída de ícones locais e portadores de uma carga simbólica responsável por constituir uma âncora nos processos identitários. A particularidade encontrada nestes objetos em espaços específicos das Américas são os materiais que os constituem, estes normalmente possuem a característica de serem efêmeros por natureza. O uso da terra, da madeira e de elementos vegetais como materiais nas obras arquitetônicas geram uma particularidade quando se trata de ações de intervenção e restauro. A conservação desses bens, assunto também integrante da carta em estudo, deve seguir estratégias particulares levando sempre em conta as tradições culturais locais. Neste aspecto, as intervenções devem primar pelo respeito às técnicas tradicionais bem como a utilização dos materiais originais. A adoção de um novo uso à edificação, processo denominado de reciclagem, é aceitável desde que existam estudos prévios e que não gere risco à edificação e que esta ação agregue valor à obra e seu contexto.

A carta de Brasília constitui por meio de suas diretrizes um documento de alto valor quando se trata da conservação e preservação de patrimônios culturais no Brasil e demais países vizinhos. O conteúdo de suas diretrizes pode gerar ações com grande embasamento teórico o que torna os processos de intervenção mais seguros inclusive tecnicamente. E, quando se aliam estes dois documentos – Carta de Turismo Cultural e Carta de Brasília – pode-se compreender a complexidade dos processos de construção de um itinerário turístico envolvendo a participação das entidades públicas e privadas aliadas ao respeito à comunidade local. E também a importância das discussões em nível mundial e local para que estas ações tenham cada vez mais um caráter de responsabilidade social e de respeito à cidadania.

#### **4 CAMINHO DOS MOINHOS: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE UM ITINERÁRIO TURÍSTICO**

A abordagem acerca da memória segundo Tedesco (2001) envolve uma metodologia que visa compreender a forma de análise do vivido que possibilita resgatar o tempo passado o fazendo presente por meio da análise oral. É a maneira de se construir e reconstruir formas de representação simbólica. Neste processo de resgate do passado por meio da memória oral, busca-se analisar os relatos de atores sociais que foram silenciados ao longo do tempo. São eles que perpassaram os processos das transformações e incorporaram as divergências entre tradição e modernidade, fornecendo significados culturais e temporais a essas duas categorias. Assim, nesta pesquisa evidencia-se a participação da comunidade local e a fundamental importância de “suas falas”. Por meio destas vozes é que se chega ao verdadeiro conteúdo de uma cultura e surge a possibilidade e premência em se desvendar esta história e preservar seu legado para as futuras gerações. Embora, segundo Portuguese (2004, p. 8), o simples fato de “ser histórico”, apenas no sentido de

“ser singular” e de possuir uma relevância para a interpretação do passado não seja suficiente para “ser turístico”, neste estudo de caso se terá a confirmação de que um itinerário turístico quando nasce, embasado pelas manifestações culturais alicerçadas pelo peso da história materializada nos patrimônios arquitetônicos, tem maiores possibilidades de alcançar o sucesso desejado.

Em meio a uma região marcada pela forte presença da imigração italiana no interior do estado do Rio Grande do Sul, nascem, advindos da cultura de um país distante – Itália, os moinhos coloniais. Ao todo estes bens coletivos constituem um itinerário de mais de uma dezena de moinhos localizados na região do Alto Taquari (figuras 01 e 02). Esta região, segundo Ferraz (2008), foi formada ao longo da história, que se inicia em 1875, pelas denominadas “colônias novas” de Ilópolis, Arvorezinha, Anta Gorda, Putinga, Relvado e Itapuça. Assentados nos fundos de vale destas colônias os Moinhos se caracterizam por ser um elemento essencial diante de uma economia auto-sustentável. Segundo o autor, o processo se iniciava pelo corte da clareira em meio à mata de araucária, a construção da nova moradia e a cerca para a criação de pequenos animais e o moinho. Este último responsável por assegurar a polenta, o pão de milho, a quirera dos pequenos animais e o farelo das vacas. Assim desenvolve-se a cultura local marcada pela presença destes ícones arquitetônicos locais que materializam a cultura regional.

Figura 01 - Moinho Vicenzi, 1939; Dallé, 1919 e Castman, 1947 integrantes do Itinerário Turístico do Caminho dos Moinhos



Fonte: FERRAZ, 2008

Figura 02 - Itinerário dos Moinhos Coloniais



Fonte: FERRAZ, 2008.

Por ação municipal surge a intenção de se restaurar o “Moinho Primeiro” localizado no centro da cidade de Ilópolis-RS. Com esta ação e por meio da busca de recursos que fomentassem a execução deste projeto alguns



importantes aliados foram aos poucos se agregando ao processo. Algumas parcerias e patrocínios foram fechados para que o processo se desencadeasse. Porém, uma questão esteve sempre presente no desenvolvimento destas ações: Por que se restaurar o Moinho? Nesse momento reporta-se à presença dos italianos na região e todo o desenvolvimento de sua história. Como visto anteriormente nos objetivos primeiros da Carta de Turismo Cultural, a valorização da cultura passa por processos que visam promover e socializar os caminhos possíveis para que se efetue a salvaguarda, conservação e conseqüente valorização de monumentos. Assim, os atores municipais acabam por trilhar caminhos em meio às políticas públicas e privadas para alcançar seus objetivos.

Partindo da restauração e revitalização do Moinho Colognese, denominado de “Moinho Primeiro”, situado no município de Ilópolis e a construção do Museu do Pão (inaugurado em 2008) e da Escola de Panificação, são desencadeados os processos de construção de um novo itinerário turístico. A presença de inúmeros moinhos na região potencializa o desenvolvimento deste itinerário turístico, a própria localização da região do Vale (figura 03), onde se localizam os moinhos coloniais, no contexto estadual pode captar os turistas vindos de outros destinos turísticos já consagrados como, por exemplo, da região da Serra Gaúcha e da Grande Porto Alegre.

Figura 03 - Regiões Turísticas definidas pela Secretaria do Turismo do Rio Grande do Sul.



Fonte: Secretaria do Turismo do Rio Grande do Sul, 2009.

A recuperação do Moinho Colognese de Ilópolis foi realizada, segundo Ferraz (2008), em convênio com o IILA (Instituto Italo-Latino Americano) a partir da elaboração do projeto pela Universidade de Caxias do Sul, pela 12ª Superintendência Regional do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), Ministério da Cultura, Secretaria de Estado da Cultura, Prefeitura Municipal de Ilópolis, empresa Brasil Arquitetura (figura 04). Associação dos Amigos dos Moinhos do Vale do Taquari e patrocinado pela indústria de produtos alimentícios Nestlé do Brasil.

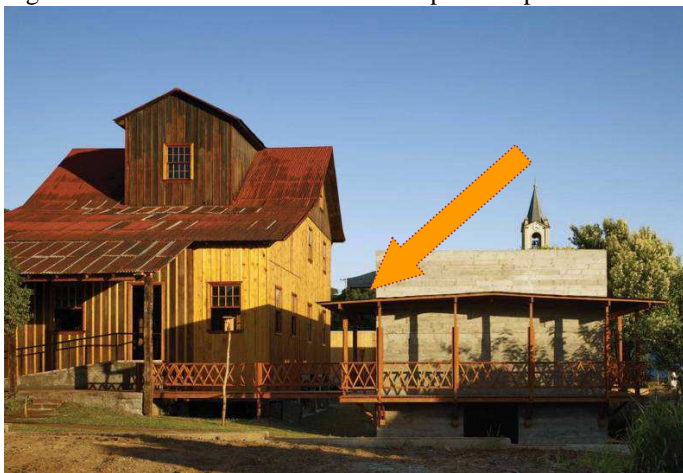
Figura 04 – Croqui da proposta do escritório Brasil Arquitetura para o Museu do Pão e Oficina de Panificação anexos ao Moinho Colognese.



Fonte: FERRAZ, 2008.

O fato relevante, e que vem em encontro às determinações da Carta de Turismo Cultural quando envolve a presença de entidades públicas e privadas e profissionais vindos da academia, é a possibilidade de garantir maior qualidade tanto técnica como teórica nas ações de intervenção em patrimônio edificado. Para fundamentar este processo, o projeto de restauro esteve a cargo de profissionais renomados no âmbito da arquitetura brasileira que agiram em total acordo com as diretrizes traçadas pela Carta de Brasília, o que se pode avaliar a partir das análises das ações específicas realizadas na obra de restauro e reciclagem do Moinho Colognese. As obras dos moinhos são reflexos da arquitetura vernacular – arquitetura sem arquiteto – na qual os próprios cidadãos comuns expressam a sua bagagem cultural materializando obras arquitetônicas que acabam por dar uma característica diferenciada à região do Vale. Evidencia-se que a expressão da técnica reproduzida nas etapas de restauro ou reconstrução (figura 05), de acordo com o material com que se eleva a construção – a madeira – considerada pelo documento norteador como “efêmero” foi trabalhada com um alto grau de respeito a sua autenticidade e memória.

Figura 05 – Preenchimento de lacunas após a etapa de restauro



Fonte: FERRAZ, 2008.

Além dos aspectos descritos na Carta de Brasília, pode-se perceber também que as atuais teorias de restauração foram levadas em conta quando se utilizou para preencher as lacunas existentes na obra, e mesmo as resultantes de trocas de material degradado, o mesmo material original. Este princípio nasce da teoria de Cesare Brandi (2004), quando este diz que caso seja necessário utilizar recursos de “próteses e enxertos” estes devem ser, se possível, realizados com o mesmo tipo de material do original. Nesse processo surge uma ação particular na qual se teve por princípio manter a autenticidade da obra por meio da técnica, mas agrega-se valor quando o material utilizado é a própria madeira de araucária contemporânea à construção dos moinhos. Este procedimento particular gerou, conforme Ferraz (2008), uma pesquisa na região para se encontrar uma edificação contemporânea aos moinhos que propiciasse a desmontagem de suas paredes para a reutilização das tábuas de madeira (figura 4). Este processo, segundo o autor, se efetivou e trouxe consigo um fato inusitado. As paredes internas desta edificação que era usada como uma bodega continha uma representação gráfica, um desenho, instigante (figuras 06 e 07). Ao ser estudado e pesquisado dentro da comunidade local descobriu-se seu significado que veio então a resultar no símbolo do Museu do Pão e Caminho dos Moinhos (figura 08). Este desenho de autoria desconhecida é uma representação dos caminhos imaginários dos moinhos, suas localizações geográficas dentro da região dos Vales. Assim, mais uma vez, a memória foi preservada, pois este fragmento de parede foi preservado e faz parte integrante do acervo do Museu do Pão.

Figuras 06 e 07 – Parede com a inscrição em seu lugar original e no atual Museu do Pão ao fundo



Fonte: FERRAZ, 2008



Figura 08 – Símbolo adotado para o Caminho dos Moinhos



Fonte: FERRAZ, 2008

Todas as ações realizadas no processo de restauro, bem como nas propostas de reciclagem do Moinho Colognese, fornecem um olhar diferenciado a este conjunto arquitetônico. Conforme Farias (2005, p. 59), este novo olhar passa a ser responsável por uma nova interpretação do bem patrimonial, segundo a autora é onde se encontra a dialética entre o inconsciente coletivo e a nova representação do passado. Percebe-se que os processos firmados no cotidiano da sociedade sedimentam a apreensão do patrimônio e lhe insere o valor simbólico que eleva o bem ao estado de patrimônio cultural. O Caminho dos Moinhos nesta análise gera uma nova visão diante da presença destes ícones arquitetônicos – Moinhos Coloniais – que ressurgem resignificados na história agora dentro de um novo contexto cultural enraizado, porém no passado.

## **5 ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA: AS CARTAS PATRIMONIAIS E O CAMINHO DOS MOINHOS A TÍTULO DE CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os processos identitários envolvem uma gama de relações e conflitos e, embora se acredite ser o anseio do cidadão pós-moderno, o desenvolvimento de sua própria identidade, ainda se percebe um caminho longo até o alcance de seus mais íntimos desejos de pertencimento e fixação de suas raízes numa sociedade estabilizada. Acredita-se que com a atual liberdade de expressão e pensamentos, os cidadãos passem a ganhar força revestindo-se de uma real capacidade de gerir e produzir as próprias identidades. O desejo deste ambiente seguro, como experiência psicológica fundamental, induz uma âncora que se confronta com as angústias flutuantes e a falta de uma identidade constituída. É esta incerteza sobre a posição real do indivíduo no lugar/mundo que faz surgir uma vontade permanente e irreversível de monumentalizar o Patrimônio Histórico e Cultural. Com isso verifica-se a importância de se preservar os monumentos históricos, pois são eles, dentre outros elementos, responsáveis pela fixação do indivíduo a uma sociedade, fazendo-o parte integrante da história e da construção do seu Lugar social.

Neste estudo, buscou-se aliar as diretrizes dos documentos nacionais e internacionais – Carta de Brasília e Carta de Turismo Cultural – com um caso real – Caminho dos Moinhos – e pode-se verificar a unidade de pensamento no desenvolvimento dos processos de construção de um itinerário turístico. Para os autores que se encontram dentro da academia, torna-se gratificante poder perceber que existem profissionais conscientes e que tratam a questão da preservação de patrimônios culturais e do desenvolvimento turístico como aliados na valorização das raízes culturais. Acredita-se que a população que esteve presente na região e que construiu sua história de vida por meio de atividades particulares gerando uma gama de tradições e manifestações locais dignificam ações de respeito. Estas manifestações foram focadas neste estudo pelas obras dos moinhos coloniais que, segundo os documentos estudados, são os portadores de mensagens e de argumentos especiais responsáveis por envolver o contexto social tornando-os patrimônios culturais. Este recurso sustentado em uma nova economia, segundo Aguiar (2005), possui a característica de uma maior liberdade de ação, a qual fundamenta as ações de desenvolvimento turístico trazendo em seu cerne a valorização do particular em detrimento ao global.

Segundo Bahl (2004a, p. 53):

Há que se buscar nas origens o que restou de todo um processo histórico de ocupação e de viver num determinado momento, assim, torna-se bastante evidente a necessidade de se preservar as edificações mais marcantes para o lugar, e que podem ter uma função cultural ou social servindo ao turismo como suporte e não apenas atendendo a interesses econômicos [...]. Neste caso o turismo pode também atuar como agente de difusão de uma localidade, exigindo para tanto, e até provocando, o resgate de valores e a sua necessidade de preservação.

A identificação das potencialidades do patrimônio arquitetônico como fruto de uma tradição cultural particular, seu reconhecimento e valorização, por meio da criação de um novo itinerário turístico, é o que faz do Caminho dos

Moinhos um caso digno de ser estudado, avaliado e, possivelmente, tomado como referência. Por ser um processo ainda em construção cabe um estudo futuro para avaliar, após a sedimentação de suas ações, o desenvolvimento de suas políticas ao longo do tempo e a efetiva ação de preservação da história e cultura da região do Vale no interior do Rio Grande do Sul.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, J. **Cor e cidade histórica: estudos cromáticos e conservação do patrimônio**. Cidade do Porto: FAUP, 2002.
- ASSIS, A. P. Arranjos e Conflitos entre a Conservação do Patrimônio e o Turismo. **Revista Fórum Patrimônio**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, 2009. Disponível em: <<http://www.forumpatrimonio.com.br/sobre.php>>. Acesso em: 16/10/2009.
- BAHL, M. **Legados étnicos & oferta turística**. Curitiba: Juruá, 2004a.
- \_\_\_\_\_. **Viagens e roteiros turísticos**. Curitiba: Protexito, 2004b.
- BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Editora SENAC, 1998.
- BRANDI, C. **Teoria da Restauração**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo cultural: orientações básicas**. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2008. 60 p.; 24 cm. p. 16. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br>>. Acesso em: 08/10/2009.
- CASTRIOTA, L. B. Intervenções sobre Patrimônio Urbano. **Revista Fórum Patrimônio**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 09-31, 2007. Disponível em: <<http://www.forumpatrimonio.com.br/sobre.php>>. Acesso em: 16/10/2009
- CURY, I. (org.). **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.
- FARIAS, E. K. V. A Construção de Atrativos Turísticos com a Comunidade. In: MURTA, S. M.; ALBANO, C. (org.) **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasilis, 2002.
- FEIBER, S. D. **O Lugar: Vivências e Significados**. Cascavel: ASSOESTE, 2008.
- FERRAZ, J. G. **Museu do Pão: Caminho dos Moinhos**. Ilópolis, RS: Associação dos Amigos dos Moinhos do Vale Taquari, 2008.
- HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- ICOMOS. **Carta de Turismo Cultural – 1976**. Disponível em: <[www.iphan.gov.br/legislac/cartaspatrimoniais/cartadeturismocultural.htm](http://www.iphan.gov.br/legislac/cartaspatrimoniais/cartadeturismocultural.htm)>. Acesso em: 20/05/2009.
- MURTA, S. M. Turismo histórico-cultural: parques temáticos, roteiros e atrações âncora. In: MURTA, S. M.; ALBANO, C. (org.) **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasilis, 2002.
- PORTUGUEZ, A. P. Turismo, Planejamento Socioespacial e Patrimônio Histórico-Cultural. In: \_\_\_\_\_ (org.). **Turismo, memória e patrimônio cultural**. São Paulo: ROCA, 2004.
- TEDESCO, J.C. **Memória e cultura, o coletivo, o individual, a oralidade e fragmentos de memórias de nonos**. Porto Alegre: Edições EST, 2001.
- SCHNEIDER, C. S. **Turismo Cultural: uma Proposta de Preservação do Patrimônio Material**. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, 4, 2006, Caxias do Sul.
- SETUR - Secretaria de Turismo do Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em: <<http://www.turismo.rs.gov.br/portal/index.php>>. Acesso em: 08/09/2009.